

- Resiliência dos Promotores de Justiça que atuam na área;
- Intervenção da Administração Superior na melhora da estrutura física.

PONTOS FRACOS:

- Rotatividade de Promotores de Justiça na região;
- Pouca experiência institucional em atuação conjunta de Promotores de Justiça em temas transversais, como direitos humanos, Infância e Juventude, educação, saúde, entre outros;
- Insuficiência no quadro de equipe técnica, veículos e equipamentos específicos;
- Mudança das prioridades da Administração Superior;
- Falta de planejamento orçamentário para a execução do Plano de Trabalho Integrado da Bacia do Tapajós;
- Cumulação de atribuições (sobrecarga de trabalho).

FATORES EXTERNOS QUE PODEM IMPACTAR O PLANO

Foram identificadas as condições favoráveis externas que podem contribuir para a execução do Plano, bem como as condições desfavoráveis externas que dificultarão, ou até mesmo impedirão, a realização de determinados objetivos do Plano.

AMEAÇAS:

- Fragilidade das instituições de proteção ambiental;
- Mudanças na legislação ambiental (retrocesso);
- Baixa adesão dos parceiros e das autoridades competentes em acatar as proposições do Plano;
- Ingerência política e econômica na implantação de novos empreendimentos que de alguma forma impactam a região;

OPORTUNIDADES:

- Articulação interinstitucional para o fortalecimento do debate e de ações previstas no Plano;
- Possibilidade de produção de metodologia de trabalho em rede;
- Divulgação de novas estratégias de atuação institucional;
- Possibilidade de cooperação técnica com outras instituições;
- Visibilidade da realidade da região do Tapajós;
- Aproximação com a sociedade civil, por meio da possibilidade de abertura de canais participativos.

GESTÃO DO PLANO

O gerenciamento do Plano será de responsabilidade do Coordenador(a) do Centro de Apoio Operacional Cível e do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente.

Por ocasião das oficinas, foram selecionados integrantes do GT Tapajós para serem facilitadores de iniciativas, ou seja, pessoas que vão monitorar a operacionalização das iniciativas junto aos executores (Promotores de Justiça), reportando-se à coordenação do CAO Cível e CAOMA sobre a situação e dificuldades encontradas pelos Promotores de Justiça que atuam na área. O papel do gestor é servir como interlocutor entre os Promotores de Justiça e o CAO Cível/CAOMA na execução de determinada iniciativa, trazendo para discussão no grupo de trabalho a criação de novas estratégias de atuação, de modo a facilitar a execução de iniciativas e a concretização de objetivos.

RESULTADOS ESPERADOS

A execução do Plano apresentado permitirá, entre outros:

- O amadurecimento institucional para uma estratégia de atuação regionalizada;
- A integração entre as diversas Promotorias de Justiça na execução das iniciativas propostas no Plano;
- O alinhamento com o planejamento estratégico institucional e com os diversos planos setoriais;
- O fortalecimento dos atores sociais da área do Tapajós, por meio do atendimento das demandas apresentadas ao MPPA;
- O fortalecimento da atuação conjunta dos órgãos de execução do MPPA;
- Maior visibilidade das ações ministeriais;
- A implantação da cultura "do planejar".

Protocolo: 496065

OUTRAS MATÉRIAS**AVISO Nº 28/2019-CSMP**

Faço público, a quem interessar possa que a 5ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 20 de novembro de 2019, às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:**1. Julgamento de Processos:**

1.1. Processos de Relatoria da Conselheira Maria CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES:

1.1.1. Processo nº 000787-940/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: 13ª PJ de Marabá

Assunto: Providências no sentido de garantir direito à saúde ao idoso R. V.R., de 74 (setenta e quatro) anos de idade.

1.1.2. Processo nº 000068-343/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Conselho Escolar da Escola de Ensino Infantil de Bacabal

Origem: PJ de Savaterra

Assunto: Apurar supostas irregularidades, no uso de verba pública, nos anos 2010/2011, pelo Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental de Bacabal.

1.1.3. Processo nº 000586-073/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Pablo Raphael Gomes Genuíno

Origem: PJ de Rurópolis

Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo pelo Prefeito Municipal de Rurópolis.

1.1.4. Processo nº 000045-440/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Proprietário da Empresa Rei dos Caramelos

Origem: 2ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais e à ordem urbanística no depósito da empresa Rei dos Caramelos, no município de Ananindeua-PA.

1.1.5. Processo nº 000122-147/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de São Félix do Xingu

Origem: 2ª PJ de São Félix do Xingu

Assunto: Apurar suposta proibição arbitrária, de entrada de acompanhantes de mulheres gestantes, durante o parto, no âmbito da Maternidade Municipal.

1.1.6. Processo nº 000157-440/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Hospital da UNIMED

Origem: 1ª PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo de Ananindeua.

Assunto: Apurar suposta cobrança abusiva, de taxa de estacionamento de veículos, pela Empresa Estapar, no Hospital da UNIMED.

1.1.7. Processo nº 000884-143/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá

Origem: 1ª PJ de São Miguel do Guamá

Assunto: Apurar responsabilidade e promoção das medidas judiciais e extrajudiciais, eventualmente necessárias a urgente regularização das condições de funcionamento, do Conselho Tutelar do Município de São Miguel do Guamá.

1.1.8. Processo nº 000114-139/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará

Origem: PJ de Concórdia do Pará

Assunto: Apurar possível improbidade administrativa, de apropriação indevida de valores descontados, do salário dos servidores municipais, a título de empréstimos consignados e não repassados ao Banpará.

1.1.9. Processo nº 000028-066/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura de Melgaço

Origem: PJ de Melgaço

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na distribuição de carga horária e lotação de professores, da Rede Municipal de ensino de Melgaço.

1.1.10. Processo nº 000194-383/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de São Geraldo do Araguaia e Piçarra

Origem: PJ de São Geraldo do Araguaia

Assunto: Apurar informações, sobre a existência do Departamento de Arborização e Paisagismo e Conselho Municipal de Meio Ambiente, nos Municípios de São Geraldo do Araguaia e Piçarra-PA.

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.2.1. Processo nº 002852-040/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fábrica situada no bairro Imperador

Origem: 6ª PJ de Castanhal

Assunto: Apurar possível ocorrência de poluição ambiental por emissão de partículas e ruídos sonoros, decorrentes de atividade de estabelecimento comercial, em Castanhal/PA.

1.2.2. Processo nº 000015-113/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL

Origem: 1ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar suposto abandono de bem imóvel tombado, localizado no bairro da Cidade Velha.

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

1.3.1. Processo nº 001162-040/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Associação de Quilombolas de Bujaruba

Origem: 8ª PJ de Castanhal

Assunto: Apurar possível irregularidades em associação e vendas de lotes na Comunidade Quilombola de Burajuba, localizada em Barcarena.

1.3.2. Processo nº 001323-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Magistrada Maria do Carmo Araújo e Silva e Outros

Origem: 1ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela Magistrada Maria do Carmo Araújo e Silva, Edgar Lobato de Almeida e David Couto de Mendonça, objeto da Ação Penal nº 645/PA.

1.3.3. Processo nº 000137-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Departamento de Trânsito do Estado do Pará

Origem: 1ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Investigar o direcionamento de licitação realizada pelo Departamento de Trânsito do Estado do Pará à empresa Nacional Serviço de Locação de Veículos LTDA.

1.3.4. Processo nº 000013-125/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB

Origem: 3ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar reclamação de ocupação irregular de áreas remanescentes de uma desocupação oriunda das obras de prolongamento da Avenida João Paulo II.

1.3.5. Processo nº 000239-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará